

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Avenida João Naves de Avila, 2121, Bloco 3P - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: +55 (34)3239-4957 - www.progep.ufu.br - secretaria@progep.ufu.br**EDITAL PROGEP Nº 184/2024**

14 de novembro de 2024

Processo nº 23117.052865/2024-25

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROGEP Nº 171/2024****CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**

O **PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria de Pessoal UFU nº 5.088, de 13 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2024, **retifica o Edital PROGEP nº 171**, de 01/11/2024, publicado no DOU de 06/11/2024, seção 3, páginas 94 a 110:

No Anexo III, que trata sobre a descrição dos cargos, conteúdos programáticos e bibliografias sugeridas, nas referências sugeridas para o cargo de **TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO**:

**ONDE SE LÊ:****ANEXO III****DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS  
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO****REFERÊNCIAS SUGERIDAS:**

APPLE, T. Ideologia e Currículo. 3a Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015.

BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5707.htm). Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

CHAUI, PI. Convite à Filosofia. 14d Edição. São Paulo: Ática, 2019.

COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

- CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, NI. História das ideias pedagógicas. 8ª Edição. São Paulo: Ática, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 8ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- GOMES, N. L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HALL, S. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade. 12ª Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.
- HOFFMANN, 1. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30ª Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.
- LEWANDOWSKI, J. M. D. Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.
- LIBANEO, 1. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4ª Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. Cortez Editora, 2022.
- LUCKSEI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 18ª ed. São Paulo, 2006.
- MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.
- PIAGET, 1. A linguagem e o pensamento da criança. 6ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. Em Aberto, v. 35, n. 113, 2022.
- ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4ª ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44ª Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.
- SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.
- SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SOBRAL, F. ; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16ª Edição. São Paulo: Cortez, 2019.
- VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

**LEIA-SE:**

### **ANEXO III**

**DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS  
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO**

## REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

- APPLE, T. Ideologia e Currículo. 3a Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015.
- BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRASIL Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)
- CHAUI, PI. Convite à Filosofia. 14d Edição. São Paulo: Ática, 2019.
- COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53d Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45 I Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, NI. História das ideias pedagógicas. 8a Edição. São Paulo: Ática, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 8a Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- GOMES, N. L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HALL, S. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade. 12 I Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.
- HOFFMANN, 1. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30d Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.
- LEWANDOWSKI, J. M. D. Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.
- LIBANEO, 1. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4ó Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 I Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. Cortez Editora, 2022.
- LUCKSEI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 18 ed. São Paulo, 2006.
- MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.
- PIAGET, 1. A linguagem e o pensamento da criança. 6a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5a Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. Em Aberto, v. 35, n. 113, 2022.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44ª Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.

SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOBRAL, F. ; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16ª Edição. São Paulo: Cortez, 2019.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MARCIO MAGNO COSTA



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Magno Costa, Pró-Reitor(a)**, em 14/11/2024, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5878616** e o código CRC **E42CAD0B**.

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 174/2024

CONVENIENTES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E RECRUTAMENTO E SELEÇÃO BRASIL LTDA. (CNPJ: 46.730.873/0001-50). OBJETO: Conceder ESTÁGIO SUPERVISIONADO a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UNIRIO. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da publicação. Data de assinatura: 23/10/2024. SIGNATÁRIOS: Pró-Reitora de Graduação da UNIRIO Profa. Dra. Luana Azevedo de Aquino e Representante Legal da Concedente, Sr. Vinicius de Oliveira Ferri.

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 176/2024

CONVENIENTES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E GONÇALVES FERREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS. (CNPJ: 27.655.316/0001-59). OBJETO: Conceder ESTÁGIO SUPERVISIONADO a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UNIRIO. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da publicação. Data de assinatura: 04/11/2024. SIGNATÁRIOS: Pró-Reitora de Graduação da UNIRIO Profa. Dra. Luana Azevedo de Aquino e Representante Legal da Concedente, Sr. Carlos Eduardo Gonçalves Ferreira da Silva.

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 177/2024

CONVENIENTES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E NESTLÉ BRASIL LTDA. (CNPJ: 60.409.075/0001-52). OBJETO: Conceder ESTÁGIO SUPERVISIONADO a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UNIRIO. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da publicação. Data de assinatura: 21/10/2024. SIGNATÁRIOS: Pró-Reitora de Graduação da UNIRIO Profa. Dra. Luana Azevedo de Aquino e Representante Legal da Concedente, Sra. Valeria Abrahao Schilling Rosenfeld.

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 178/2024

CONVENIENTES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E CLAUDIO MANDELBLATT ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ: 08.719.210/0001-46). OBJETO: Conceder ESTÁGIO SUPERVISIONADO a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UNIRIO. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da publicação. Data de assinatura: 06/11/2024. SIGNATÁRIOS: Pró-Reitora de Graduação da UNIRIO Profa. Dra. Luana Azevedo de Aquino e Representante Legal da Concedente, Sr. Claudio Mandelblatt de Lima Figueiredo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 2º Termo Aditivo de prorrogação ao Acordo de cooperação técnica nº 3/2020, celebrado por Universidade Federal de Uberlândia - UFU, e a Advocacia Geral da União, a Defensoria Pública da União, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Gerência Executiva do INSS em Uberlândia/MG, a Gerência Executiva do INSS em Uberaba/MG, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o Ministério da Gestão e Inovação e a Polícia Rodoviária Federal, para a implantação da unidade do subsistema integrado de atenção à saúde do servidor público federal - SIASS. PROCESSO: 23117.032260/2020-94. DATA DE ASSINATURA: 12.11.2024. SIGNATÁRIOS: pela UFU, o Reitor Valder Steffen Júnior, pela AGU, Elisa Monteiro Malafaia, pela Defensoria Pública da União, Fúlvio Alves Tufi, pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais, Antônio Gabriel Oliveira dos Santos, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rúbia Francisca Silva Lenza, pelo INSS de Uberlândia, Willimar Bisco de Moraes, pelo INSS de Uberaba, Sérgio Murilo Vilarinho Dos Reis, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, o Reitor Marcelo Ponciano da Silva, pelo INCRA - Superintendência Regional em Minas Gerais, Neila Maria Batista Afonso, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Everton Augusto Paiva Ferreira, pelo Ministério da Gestão e Inovação, Luciola Maurício De Arruda e pela Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, Fabio Henrique Silva Jardim.

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 130/2024 celebrado entre a Universidade Federal de Uberlândia - UFU e a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. PROCESSO: 23117.033829/2024-62. OBJETO: estabelecimento de Parcerias para Suporte Técnico à Implementação de Programas de Apoio à Manutenção e Melhoria das Escolas, constituindo-se Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE). RECURSOS: sem recursos. VIGÊNCIA: 01/11/2024 a 31/10/2027. SIGNATÁRIOS: pela UFU o Reitor Valder Steffen Junior, pela UFES o Reitor Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro.

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS****EDITAL PROGEP Nº 184, DE 14 DE NOVEMBRO 2024****RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROGEP Nº 171/2024**

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria de Pessoal UFU nº 5.088, de 13 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2024, retifica o Edital PROGEP nº 171, de 01/11/2024, publicado no DOU de 06/11/2024, seção 3, páginas 94 a 110:

No Anexo III, que trata sobre a descrição dos cargos, conteúdos programáticos e bibliografias sugeridas, nas referências sugeridas para o cargo de TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO:

ONDE SE LÊ:

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS

SUGERIDAS

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

APPLE, T. Ideologia e Currículo. 3a Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015. BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5707.htm). Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

CHAUÍ, PI. Convite à Filosofia. 14d Edição. São Paulo: Ática, 2019. COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53d Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45 I Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, NI. História das ideias pedagógicas. 8a Edição. São Paulo: Ática, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis. São Paulo: Atlas, 2001.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 8a Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GOMES, N. L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, S. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade. 12 I Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

HOFFMANN, 1. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30d Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LEWANDOWSKI, J. M. D. Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.

LIBANEO, 1. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 40 Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 I Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. Cortez Editora, 2022.

LUCKSEI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 18 ed. São Paulo, 2006.

MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

PIAGET, 1. A linguagem e o pensamento da criança. 6a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5a Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. Em Aberto, v. 35, n. 113, 2022.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44d Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.

SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOBRAL, F.; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16ª Edição. São Paulo: Cortez, 2019.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEIA-SE:

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS

SUGERIDAS

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO

ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

APPLE, T. Ideologia e Currículo. 3a Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de

ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015. BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre:

Penso, 2012. BRASIL Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política

Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

CHAUÍ, PI. Convite à Filosofia. 14d Edição. São Paulo: Ática, 2019.

COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53d Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45 I Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, NI. História das ideias pedagógicas. 8a Edição. São Paulo: Ática, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis. São Paulo: Atlas, 2001.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 8a Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GOMES, N. L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, S. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade. 12 I Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

HOFFMANN, 1. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30d Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LEWANDOWSKI, J. M. D. Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.

LIBANEO, 1. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 40 Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 I Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.



LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. Cortez Editora, 2022.  
 LUCKSEI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 18 ed. São Paulo, 2006.  
 MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.  
 PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.  
 PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. 6a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.  
 PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5a Edição. São Paulo: Cortez, 2008.  
 PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. Em Aberto, v. 35, n. 113, 2022.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.  
 SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44d Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.  
 SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.  
 SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.  
 SOBRAL, F. ; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.  
 VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16úil Edição. São Paulo: Cortez, 2019.  
 VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

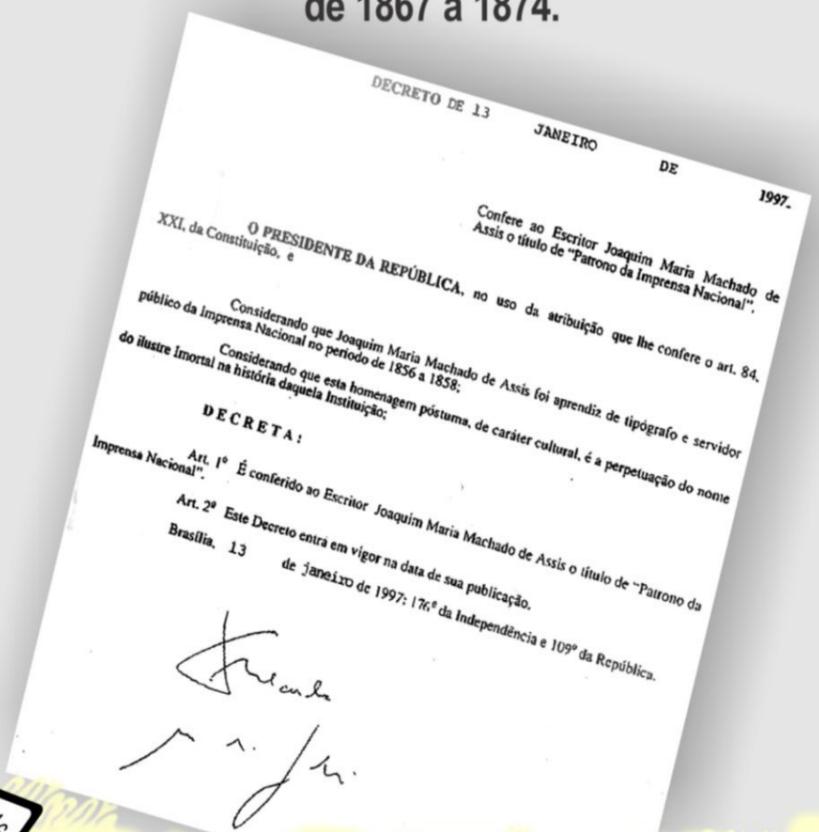
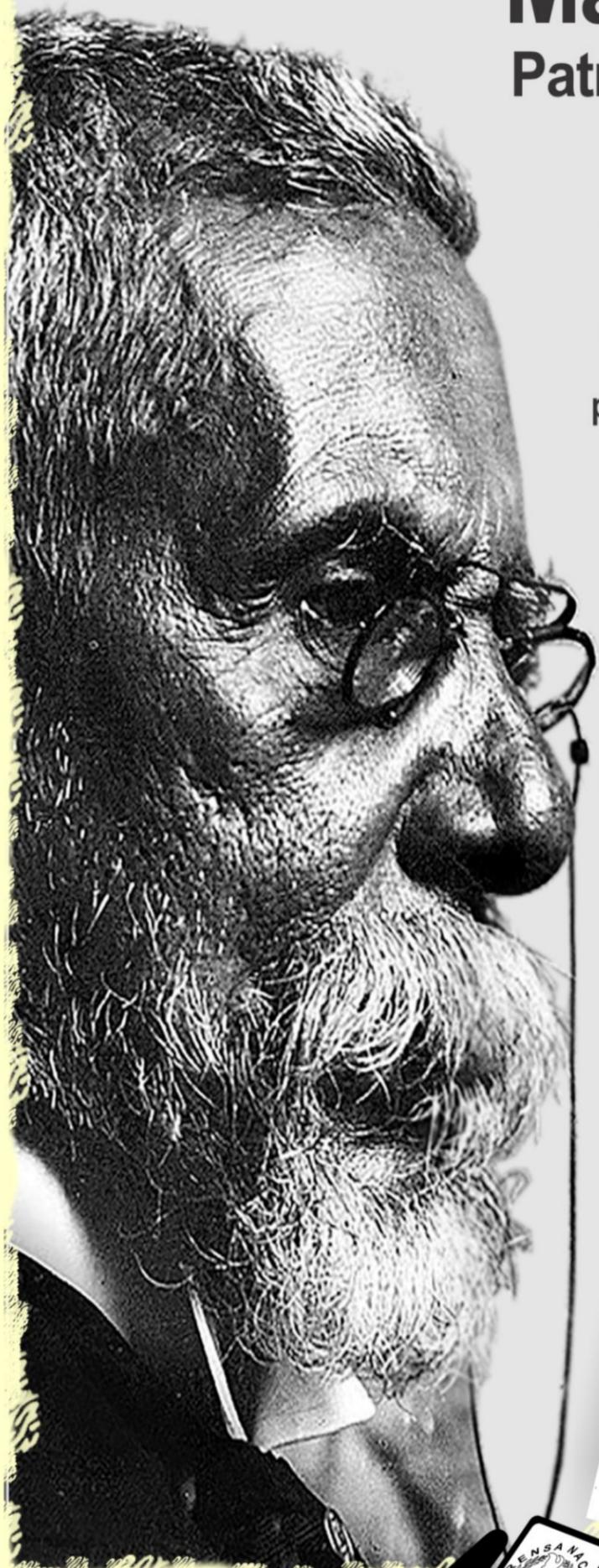
MARCIO MAGNO COSTA

# Machado de Assis

## Patrono da Imprensa Nacional

### S E R V I D O R

Nossa homenagem ao maior escritor brasileiro e patrono da Imprensa Nacional, título conferido por decreto presidencial de 13 de janeiro de 1997. Aqui ele iniciou sua atividade profissional como aprendiz de tipógrafo, entre 1856 e 1858, na então Typographia Nacional dirigida pelo também escritor Manuel Antonio de Almeida. posteriormente, Machado de Assis regressou para exercer a função de assistente do Diretor do Diário Oficial, no período de 1867 a 1874.



**IMPRESA NACIONAL**  
 Conexão com a informação oficial